CORREIO ECONÔMICO

Divulgação

Dos 19 segmentos pesquisados pelo ICI, 15 avançaram

Índice de Confiança da Indústria sobe 1,8% em janeiro

Melhor resultado desde agosto de 2022, o Índice de Confiança da Indústria (ICI), do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), subiu 1,8 ponto em janeiro último, para 97,4 pontos, dentro de uma escala que vai até 100 pontos. Se considerada a média móvel trimestral, o indicador avançou 2,2 pontos, para 95,4 pontos.

No 'embalo' dessa evolução, ao menos 15 dos 19 segmentos industriais pesquisados no ICI tiveram crescimento, enquanto houve melhora nas perspectivas sobre a produção para os próximos três meses, quesito que teve a expansão de 3,6 pontos, para 99,3 pontos. Em relação aos próximos seis meses, a expectativa subiu 2,8 pontos, para 96,5 pontos, maior patamar desde setembro de 2022.

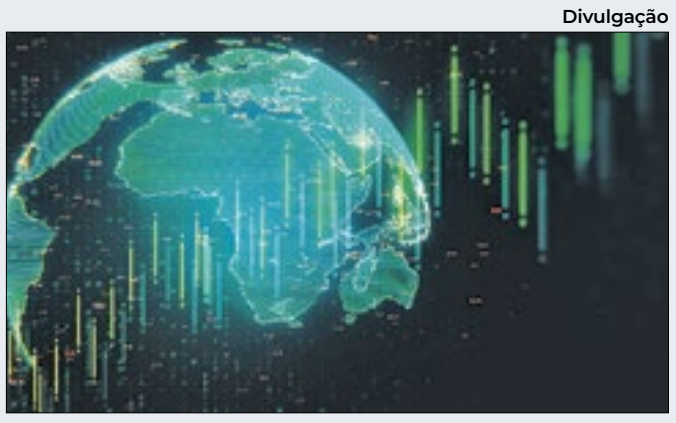
Precatórios já

Dependente apenas da gestão dos tribunais para ocorrer, o pagamento de R$ 30,1 bilhões em precatórios, referente a 2024, já foi repassado ao Poder Judiciário. A maior parte deste valor se refere a precatórios para despesas de custeio e capital (investimento e amortizações).

Tranche alta

Já a tranche de R$ 11,85 bilhões é de precatórios do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Outros R$ 2,74 bilhões relativos a R$ 541 mi da Previdência Social e R$ 223 mi em despesas judiciais com o funcionalismo público.

Divulgação



Acordo viabilizará novos investimentos para o país

Acordo reforça 'conduta responsável' em operações

Simplificar as operações entre os países signatários (121), para oferecer mais previsibilidade aos investidores e promover uma conduta empresarial responsável nas operações internacionais.

Esse é o objetivo do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), anunciado, neste domingo (25), pelo MDIC, durante a Conferência Internacional em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos).

Segundo a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, "há muito valor no estabelecimento de padrões globais mínimos para transparência, simplificação e facilitação de investimentos, além de prevenção de disputas".

Sem OPA

Devido ao grande número de questionamentos em relação à operação (referente ao valor de fechamento de capital da companhia) a CVM suspendeu a Oferta Pública de Aquisição (OPA) da Cielo, por meio de fato relevante, divulgado na última quinta-feira (22).

Convocação

Dias antes da suspensão da OPA pela CVM, um grupo de gestoras detentor de 10% do capital da Cielo solicitou ao conselho de administração da empresa a convocação de uma assembleia, pois os acionistas minoritários poderiam ter um prejuízo de R$ 3,6 bilhões.

Tesouro cresce

Uma das preferências do investidor tupiniquim em renda fixa, as vendas do Tesouro Direto em janeiro último totalizaram R$ 3,649 bilhões, o que correspondeu a uma alta de 13% ante o mês anterior, recuo de 16,46%, no comparativo anual, segundo o Tesouro Nacional.

Selic 'atrai'

A maior atratividade dos títulos públicos, como o Tesouro Direto, vem de sua correção pela Selic, que participam com 66,3% das vendas, enquanto os vinculados à inflação (IPCA) responderam por 20,3% do total, e os prefixados (juros definidos na emissão) – 9,9%.

Receita do governo este ano não deverá chegar à metade prevista

IFI projeta R$ 130 bi, ante R$ 247 bi estimados pelo Executivo

Por Marcello Sigwalt

Divulgação

Avaliação do instituto é que o Executivo federal teria 'superestimado' a receita

Para frustração dos prognósticos otimistas do Planalto (vide a, cada vez mais, irrealizável meta de déficit primário zero), a receita federal não deverá chegar à metade do montante esperado para este ano, aponta a Instituição Fiscal Independente (IFI).

Em contraste com a previsão governamental de R$ 274,7 bilhões para 2024, o IFI previu uma arrecadação não superior a R$ 130,4 bilhões, levando em conta medidas aprovadas no ano passado. Mesmo que a projeção do IFI seja melhor do que a de R$ 105,3 bilhões, calculada em novembro.

Entre as maiores disparidades de estimativas com a Esplanada, o instituto destaca a subvenção estadual (R$ 27,7 bilhões) e o Carf (R$ 65,6 bilhões), mesmo que este tenha ampliado as estimativas de receita da tributação dos fundos exclusivos, devido ao ingresso de recursos em dezembro (R$ 3,9 bilhões) e em janeiro de 2024 (R$ 4,0 bilhões). Neste tópico, enquanto o governo previa a entrada de R$ 13,3 bilhões neste ano, o IFI foi além, ao projetar uma receita de R$ 24,6 bilhões.

No caso da folha de pagamentos, há outra diferença expressiva, de R$ 14,4 bilhões, no que toca ao impacto da desoneração, uma vez que o ICI teria mantido a renúncia para 17 setores econômicos, que deve ser mantido até o fim de 2027, por decisão do Congresso Nacional, no ano passado.

Já no que se refere à alteração das regras do JCP (Juros sobre Capital Próprio), o ICI estima que não passe de R$ 5 bilhões em 2024, em razão de ajustes, bem abaixo dos R$ 10,4 bilhões estimados pelo Executivo.

Ao revisar o número de despesas, o instituto estimou que o déficit primário deste ano deverá ser de 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB), depois caindo para 0,8% em 2025 e para 0,4% em 2026, em contraste com o proposto na meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que previa déficit zero para 2024 e superávit nos anos seguintes.

Planalto 'abre o cofre': R$ 43 bilhões

Por Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes (Folhapress)

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) turbinou a concessão de crédito a estados e municípios em seu primeiro ano de mandato e permitiu a injeção de ao menos R$ 43,3 bilhões em dinheiro novo para gastos e investimentos, segundo levantamento feito pela Folha a partir de dados do Banco Central.

O total liberado foi provavelmente maior porque o registro do BC não inclui operações com organismos multilaterais, que foram autorizadas em até US$ 3,26 bilhões, segundo o Tesouro Nacional.

Ainda assim, as contratações junto a instituições nacionais representam um crescimento de 142% em relação a 2022. Para este ano, o espaço será ainda maior, de até R$ 74,2 bilhões.

Trata-se de uma guinada na política de crédito para estados e municípios, alimentada principalmente por bancos públicos federais.

Técnicos e economistas temem que o boom de empréstimos vire uma bomba-relógio, reeditando a flexibilização ocorrida entre 2012 e 2014, no governo Dilma Rousseff (PT) - considerada o embrião da crise que, nos anos seguintes, levou ao parcelamento de salários e ao calote nas dívidas com a União.

Com mais acesso a crédito, governadores e prefeitos já pisaram no acelerador em 2023. Com as despesas turbinadas pelos empréstimos, o superávit primário dos estados caiu de R$ 39 bilhões em 2022 para R$ 27,5 bilhões no ano passado.

Já os governos municipais saíram de um superávit de R$ 25,9 bilhões para um déficit de R$ 9,8 bilhões no mesmo período. A piora dramática no resultado alimenta os crescentes pedidos de socorro feitos por prefeitos em ano de eleições municipais.

Aneel mantém bandeira verde em março

Divulgação

Por enquanto, contas de luz não sofrerão acréscimo

Uma boa notícia para o contribuinte brasileiro, em geral, com orçamento 'apertado', nesse início do ano. Em decorrência de condições favoráveis para a geração de energia nas usinas hidrelétricas do país, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou a decisão de manter, ao menos para o próximo mês de março, a bandeira verde, o que significa que não haverá custo adicional para as contas de luz, condição que se mantém nos últimos 23 meses.

Tal cenário tranquilo, porém, poderá ser alterado, a depender do comportamento do regime de chuvas, até o final do mês que vem, quando, então, a autarquia poderá efetuar uma mudança na bandeira tarifária. Essa possibilidade é reforçada pelo fato de os volumes de chuva no país estarem abaixo da média histórica, em pleno período úmido, o que limita a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas.

Na última quinta-feira (22), durante reunião do Programa Mensal da Operação (PMO), técnicos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) acionaram o 'alerta' com relação à capacidade de recuperação dos volumes de água dos reservatórios, até o inverno (em junho), quando a precipitação de chuvas passa a ser menos intensa. De acordo com a gerente-executiva de programação da operação do ONS, Candida Lima.

Instituída em 2015, o sistema de bandeiras tarifárias é um indicador, para os consumidores, sobre os custos da geração de energia no país, com o objetivo de reduzir os impactos destes custos sobre os orçamentos das distribuidoras de energia.

Na modalidade anterior, o custo da energia, em situações de geração mais difícil, era repassado às tarifas, por meio de um reajuste anual, a ser aplicado pela distribuidora, sujeito a juros. Atualmente, esses recursos são cobrados e transferidos às distribuidoras a cada mês, e por meio da "conta Bandeiras".

Ao contrário da bandeira verde, que não impõe acréscimos às contas de luz, as bandeiras amarela e vermelha 1 e 2, pressupõem elevação no custo de geração e necessidade de que sejam acionadas térmicas para garantir o fornecimento do insumo à população, dado que o volume dos reservatórios está baixo.

Plano de recuperação da Light é rejeitado

Um plano de recuperação impossível de ser aprovado. Assim reagiram os maiores credores da Light – correspondentes a um montante de crédito de R$ 5 bilhões – à proposta apresentada pela Light, no último sábado (24).

No total, a concessionária de energia possui uma dívida que totaliza R$ 11 bilhões.

De acordo com uma fonte, que preferiu manter o anonimato, "não houve consenso nas reuniões, mas mesmo assim, eles apresentaram um plano que até onde a gente sabe, não conta com o apoio de ninguém além dos que possuem R$ 30 mil em créditos".

Pela versão original da proposta, os maiores credores fariam jus a receber os valores a que têm direito pelo prazo de até 90 dias. Já aqueles detentores de créditos de menor valor, que somam 28 mil, a recepção dos valores, que chegam a R$ 300 milhões, seria muito mais viável para a companhia.

Na avaliação dessa fonte anônima, a Light teria de reduzir sua alavancagem em R$ 3,2 bilhões, em que uma parte desse valor viria dos acionistas de referência e outra, da conversão de créditos, mas essa alternativa tem sido alvo de críticas pelos maiores credores.

"Estão propondo que o acionista compra uma ação e leva três, enquanto o credor leva uma só, não tem condição", afirmou a fonte. Sobre a qualidade do plano de recuperação da Light, considerado 'extremamente ruim' para aqueles que não aceitarem os termos de conversão, que estão sujeito a um pagamento único, apenas no 15º ano, correspondente a 20% da dívida e corrigido pelo IPCA.

Em comunicado à CVM, a concessionária admitiu que não há pagamento algum previsto a nenhum credor nestas condições". (M.S.)